

A black and white photograph of Adriano Vasco Rodrigues, an elderly man with white hair, wearing a dark zip-up jacket. He is seated and looking towards the camera with a slight smile. The background is a museum display case containing several ancient African artifacts, including a prominent terracotta head sculpture on the left and other smaller objects on shelves to the right.

ADRIANO VASCO RODRIGUES
**Em Angola, a transição faz-se
do Paleolítico para a Idade do Ferro**

Entrevista



Adriano Vasco Rodrigues

“Em Angola, a transição faz-se do Paleolítico para a Idade do Ferro”

Entrevista conduzida por **André Serdoura*** e **Jorge Guimarães****

Outubro de 2013

Com poucas excepções, as pesquisas arqueológicas nos territórios da África austral, e particularmente em Angola, têm tido um desenvolvimento irregular. Dificilmente seria de outro modo dadas as transformações socio-políticas das últimas décadas - descolonizações, guerras civis, recuperação e ampliação de infra-estruturas. No momento em que os países da região entram numa nova fase de crescimento, as condições parecem reunidas para que a arqueologia de Angola retome e ultrapasse o que foi, neste campo, a herança deixada pela época colonial. Poucas pessoas estarão tão habilitadas para estabelecer esse balanço e para dar pistas sobre novos projetos como o Prof. Adriano V. Rodrigues.

Em 1965, já docente no ensino secundário e universitário (regia o 1º curso de Arqueologia Peninsular na U. Porto, com uma formação no Instituto de Pré-História de Bona), partiu para uma dupla carreira em Angola. Nomeado Inspector Provincial Adjunto da Educação, integrou também o Instituto de Investigação Científica de Angola, onde relançou as pesquisas arqueológicas à escala do território. Em 1969, regressou a Portugal por incompatibilidade com os então responsáveis pelo ensino do governo provincial. Tanto na Schola Europea (da União Europeia, em Lovaina), de que foi director) como na Universidade Portucalense, de que foi um dos fundadores, continuou os seus trabalhos sobre o património material africano, continuando um dos maiores especialistas portugueses desta área de conhecimento.

André Serdoura | Jorge Guimarães (AS|JH):
Como passou da Arqueologia peninsular para a de África?

Adriano Vasco Rodrigues (AVR): Fui para Angola em finais de finais de 1965. Eu tinha um irmão médico em Luanda e dois tios (irmãos do meu pai) a trabalhar na administração.

Tinha começado por dar aulas no curso de Arqueologia Peninsular na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Na altura não havia Faculdade de Letras no Porto. A carreira que eu tinha escolhido, Arqueologia, já tinha especializações mas os quadros estavam fechados porque havia pessoas

muito novas que estavam à minha frente em Coimbra e Lisboa. E portanto, acabei por me vincular ao liceu - onde tinha um lugar seguro - dava aulas no D. Manuel II.¹ Quando o meu pai faleceu, concorri para Angola: ia trabalhar na organização do ensino como inspetor liceal, criando ao mesmo tempo liceus. Deixei a funcionar doze em Angola; quando fui havia quatro. Criei lá - um ano antes de abrir aqui em Portugal - um ciclo preparatório. Deixei vinte e três escolas secundárias a funcionar lá. E fiz lá cursos de preparação para professores do ensino preparatório em cinco cidades.

* CEAUP

** CEAUP

Transcrição da gravação: Francisca Guimarães, Joana Abreu, Sandra Figueiredo.

1 Escola secundária no Porto, actualmente Escola Secundária Rodrigues de Freitas.

ASJG: E começou ao mesmo tempo a actividade arqueológica?

AVR: Quando cheguei a Angola, já tinha uma especialização equivalente ao doutoramento, feita em Santiago de Compostela em História da Arte, e também uma formação na universidade de Bona em pré-história, com técnicas tridimensionais. Desta maneira, o professor Cannas Martins, diretor do Instituto da Investigação Científica, convidou-me para trabalhar lá a tempo parcial, trabalhando o resto do tempo nos serviços da educação. Porquê? O argumento que me deu foi que a UNESCO criticava Portugal por ter trabalhos de etnografia, de geologia, etc. mas nada sobre arqueologia. E era verdade! Não tínhamos trabalhos de arqueologia sobre o Ultramar. A minha mulher foi também contratada a tempo inteiro no centro de investigação de pré-história e arqueologia, ligado ao instituto. Era ela quem ficava encarregada de fazer os ficheiros para os desenhos. Tínhamos também “tarefeiros” que trabalhavam connosco, estudantes-universitários que ganhavam à hora.

ASJG: Essa ausência de trabalhos prévios colocava certamente dificuldades metodológicas?

AVR: Sim. A arqueologia de Angola tinha avançado apenas na região da Lunda, fundamentalmente devido aos técnicos americanos contratados pelo Museu de Arqueologia da DIAMANG. Eu também estive na Lunda, conheço-a bem, mas o resto do país tem características muito diferentes. Tive problemas delicados em escavações. Por exemplo, numa escavação, pode encontrar-se um estrato correspondente a oito mil anos, e de repente, num estrato inferior, pode aparecer uma peça de há 400 anos. Uma peça de cerâmica portuguesa de há 400 anos. Porquê? Porque em Angola e na África intertropical,

há os períodos pluviais e os inter pluviais. Note-se que nestas regiões há chuvadas que removem tudo. Quando na companhia de um técnico alemão, da UNESCO, fiz fotografias em que é possível ver a profundidade das fendas abertas no terreno pela chuva - qualquer coisa como quatro ou cinco metros.

A primeira vez que apanhei uma chuvada dessas em Angola, tinha acabado de chegar, trabalhava na educação. Deslocava-me a Benguela num carro conduzido por um inspetor da educação. De repente o céu escureceu muito, quase não se via um palmo à frente. Nós íamos numa reta, plana, depois a seguir havia uma subida. Eu disse-lhe para parar, mas ele respondeu “não, não paro aqui”. Então começou a chover, pareciam pedras a cair no tejadilho. Continuamos cerca de 100 ou 150 metros antes de ele estacionar. Quando a chuva parou ele disse-me “olhe, a água está para aí um metro acima da estrada onde nós estávamos, se nós ficassemos lá éramos arrastados”. Com as chuvas aparecem muitas peças de superfície. Deixei no museu muitos instrumentos líticos recolhidos à superfície.

ASJG: Como se poderia sistematizar essa experiência metodológica?

AVR: Penso que ainda é uma necessidade actual fazer um manual claro e simples de metodologia da arqueologia de Angola. Angola tem praticamente todos os períodos líticos. Portanto, acho necessário antes de mais sistematizar a classificação das peças e dos métodos.

TRABALHOS E MATERIAIS: “Andei milhares de quilómetros só com um jipe”

ASJG: Quando iniciou o trabalho arqueológico, quais eram as suas prioridades?

AVR: Uma primeira coisa que procuramos fazer foi um mapa da pré-história de Angola.

Este mapa ficou depois na sala de trabalho localizada no Museu de Angola, que hoje continua a existir mas creio que ligado à etnografia.

Depois o trabalho de campo. Percorri Angola e conheço-a bem. Ia sempre com a incumbência de fazer ao mesmo tempo o levantamento arqueológico e o encargo de estudar as condições de criação de uma escola ou fazer orientação dos professores locais. Na altura tinha cerca de trinta anos. Ainda era jovem e corri muito por Angola. Andei milhares de quilómetros com um jipe e um Volkswagen que me deram novo na inspeção (só tinha trinta quilómetros). Andei mais de trezentos mil quilómetros – claro, também de jipe e de avião.

AS|JG: Como selecionou os seus locais de trabalho de campo?

AVR: Fizemos um questionário arqueológico para inventariar a localização de sítios arqueológicos e também históricos, como fortalezas ou capelas e igrejas portuguesas antigas. Depois pedimos ao governador-geral para o distribuir, através dos serviços, aos administradores. Em Angola uma grande parte da administração autárquica estava a cargo de administradores de posto, intendentes e governadores administrativos.

Nós distribuímos mais de 600 ou 700 inquéritos pelos administradores de posto. Alguns demoraram mais de um mês a responder mas enviaram para o instituto de investigação científica as respostas. Através delas, localizamos muitos sítios arqueológicos. Os estudantes que tínhamos contratados faziam em seguida ficheiros segundo a nossa orientação. Deixamos lá mais de 800 fichas, quase 1 milhar de fichas arquivadas com inúmeras indicações, desde os concheiros a inscrições. Quando viemos embora, deixámos lá todo esse material, que foi aproveitado pelo

professor Santos Junior e pelo Dr. Carlos Ervedosa, que trabalhou comigo.

AS|JG: Essa informação está disponível?

AVR: Nunca mais soube dela. Mas julgo que foi aproveitada parcialmente. Ficou bastante trabalho feito porque tivemos também desenhadoras a tempo inteiro - a minha mulher e uma outra colaboradora. Fizemos também reconstituições etc, mas ficou lá tudo.

AS|JG: Onde começou os trabalhos de campo?

AVR: Comecei no forte de Santo Amaro, que foi o primeiro forte construído em Luanda, no morro da Samba pequena. Lá encontrei um concheiro, e encontrei outros também em baixo, junto do mar, na praia, e em morros. Alguns deles em morros elevados, porque ao se irem depositando as conchas fizeram-se os montes. Ao escavar encontramos os concheiros junto de um muro da época colonial, assente sobre o concheiro. Mas o que eu achei curioso nesse morro da Samba, foi exatamente o nome, porque os concheiros no Brasil são conhecidos como *sambaquis*. Na altura correspondi-me com uma arqueóloga brasileira que tinha estudado *sambaquis* e há muitas semelhanças entre os de Angola e os do Brasil.

Nalguns destes concheiros, encontramos também muitas evidências da alimentação da época colonial, isto é de cerâmica que levava comida, que os portugueses devem ter deitado fora e que eles aproveitaram.

AS|JG: Que datação fez para os muros do Forte?

AVR: O forte é do século XVII e datamos também os concheiros. Alguns têm cerca de 7, 8 ou 9 mil anos. Outros eram até do século XVI. Quase ocupação con-

tínua. Uma coisa que notei em Angola: a transição faz-se do paleolítico para a Idade do Ferro, e a Idade do Ferro começa à volta do século XI, XII. Com infiltrações vindas do Norte, os concheiros mantiveram-se naquela zona do litoral, uma zona pobre. As casas, os kimbos, as aldeias, é tudo no interior, onde há fauna e flora favoráveis. Quem sobreviveu no litoral, foram os *sandloopers* – como lhes chamam os sul-africanos, que também os estudam na Namíbia. Os *sandloopers* são os caminhantes da areia, que faziam habitações com pedras fincadas na areia e que deixaram os concheiros, que se mantiveram até à chegada dos portugueses.

AS|JG: Então considera que na época pré-colonial as principais inovações culturais vieram do Norte?

AVR: Sim, dos sítios onde há floresta. Mas a área dos concheiros é semiárida, e árida a partir da ponta do Cabo Negro. Aliás, ainda, antes do Cabo Negro é tudo já areal. O litoral é semiárido em cerca de 30, 40 km para o interior, e em alguns sítios vai até 100 km, onde não há nada, salvo um ou outro embondeiro e espinheiras.

AS|JG: Identificou abrigos dos *sandloopers*?

AVR: Sim. A única coisa que encontrei no seu interior foram conchas. Num deles também encontrei uma garrafa. E porquê? Porque eles vinham à costa, aonde vinham dar as garrafas que se deitavam dos barcos. Encontrei nos concheiros de Luanda vidros de garrafa partidos para fazerem pontas de seta. O Prof. Santos Júnior, que esteve lá comigo meses antes de eu vir embora, nem queria acreditar. Dizia-me que não podia ser ao que lhe respondi: “se percebe alguma coisa da técnica da pedra, sabe que é”.

AS|JG: Também trabalhou sobre as conchas-moeda?

AVR: Sim. Como disse, os concheiros mantinham-se ali quando os portugueses chegaram à ilha de Luanda. Os portugueses vinham do Congo e encontraram aí um dos subditos do N'gola. Na chamada ilha de Luanda - a ilha das Cabras - procurava-se moeda para o tesouro do Rei do Congo: as conchas. Um tipo particular de concha, a *Moneta*, em forma de búzio, pequenina, que ali existia.

AS|JG: Dos seus outros trabalhos arqueológicos em Angola, falou, antes da entrevista, dos túmulos da Quibala. Consegue definir a área de influência? Continua a manter que sofreram influências do Zimbabué?

AVR: Esses túmulos são sempre construídos em sítios elevados, e os funerais obedecem a um ritual semelhante à utilização da pele do boi e do embalsamamento. Tem algumas semelhanças com as culturas sub-nilóticas (no sul do Nilo). Está provado que houve influência da região sub-nilótica nas técnicas de construção.

Essa cultura avançou para sul (Vitória, Nairobi e Zimbabué), atravessou a zona em torno de Luanda e chegou à zona da Quibala. As sociedades dos construtores desses túmulos conheciam a fundição do ferro e a tradição de conservar o antigo cadáver com sal, óleo de palma e sal com a pele de boi; tinham atividade pastoril, comprovada pelas trocas que efetuavam com o sul.

O tipo de decoração com as pedras em escamas que lhes está associado lembra as folhas de palmeira que não é usada só para a decoração. O óleo de palma também é usado para fazer a conservação de cadáver no que também há semelhança com os monumentos do Zimbabué.

O caminho que seguiram está perfeitamente definido através de construções: há uma série de morros fortificados de pedra que avança desde a fronteira com o Zimbabué até à Quibala. Portanto não tenho dúvidas de que esta povoação teve relações culturais com o Zimbabué.

AS|JG: E havia então várias tipologias de túmulos?

AVR: Vários. Uns com corredores, outros mais simples. De acordo com o poder que tinha o soba. Na Quibala, por exemplo, havia quatro sobas grandes que dominavam a região.

AS|JG: E os rituais funerários?

AVR: Na região do Huambo, quando morre um soba diz-se constantemente que o soba está gravemente doente e que não pode atender ninguém. Na verdade, o soba já está morto. Pegam nele, penduram-no no alto da cubata com uma corda e vestem-lhe o melhor traje que tiver. A mulher mais velha do kimbo² vai todos os dias dar uma volta ao corpo.

Ao fim de dez a doze dias, a cabeça do cadáver separa-se do corpo e então o soba está oficialmente morto. A cabeça, expõem-na à voracidade da formiga cadáver que limpa toda a carne e deixa o crânio completamente limpo.

O corpo é então enterrado – portanto, fazem a cerimónia do funeral do soba. A cabeça é metida numa mala, normalmente de cartão, que é levada para uma gruta na montanha, onde se junta à de outros sobas.

Quando têm problemas graves (por exemplo quando se está em perigo não haver água para o gado ou uma situação conflituosa com os vizinhos), sentam-se ali, põem os

crânios dos sobas à sua frente e vão invocando de cada crânio, inspiração para resolver o problema. Ao mesmo tempo vão fazendo lileações e vão bebendo aguardente de palma. E quando sentem a inspiração, recolhem os crânios e seguem a inspiração que lhes deu aquele crânio.

Entre os sobas da Quibala, não havia esse ritual. Quando o soba da Quibala morria, o curandeiro vinha verificar se ele estava morto. Começavam depois quatro indivíduos a correr as ruas da aldeia e esconder tudo nas cubatas: cabras, porcos, crianças. E passando um certo tempo os *cassequingos* – isto é, os guardas do soba – saíam com catanas a matar tudo o que encontrassem. Não encontrando quem matar, iam então a alguma aldeamento vizinho com quem estivessem de más relações para capturar uma criança, que matavam. Depois de a deitarem ao rio, traziam a sua cabeça para acompanhar o soba. Depois vinham as quatro mulheres do soba para junto dele e o *quimbanda*. Este introduzia-lhe, através do pescoço, um funil com óleo de palma a ferver para dissolver as vísceras e quando começasse a sair o óleo de palma, consideravam-no embalsamado. Envolviam-no então na pele de um boi e as mulheres podiam então chorá-lo, o que antes não podiam fazer. A aldeia vem assim prestar o seu pranto ao soba, seguindo em seguida para o monte que escolheram, onde começam a construção da *mebila*, (ou *M'Bila*). São assim chamadas por terem a forma de um seio.

Dentro dela fica a câmara onde se depositava o soba. As *mebilas* são profundamente decoradas, têm as entradas tapadas com lajes nos quatro corredores (são dois corredores que se cruzam).

Todos durante um ano faziam *totuína*. *Totuína* quer dizer que vão depositar comida para o soba se alimentar – obviamente que a comida se vai decompondo. Essa comida era depositada em vasos, alguns desses muito antigos.

² I.e, do aldeamento.

Pelos estudos que fizemos, a maior parte destes sobas aí sepultados datam dos séculos XVI, XVII, XVIII. Um dos túmulos com as quatro divisórias, data do século XVIII.

AS|JG: Falou também do caso da embarcação que descobriu no deserto do Namibe. Como é que a encontrou?

AVR: Tinha feito um trabalho de inventariação dos naufrágios na costa: mais de setenta naufrágios! Setenta e seis, salvo erro. Há registos em Angola dos naufrágios. Notem que quando do desembarque do Salvador Correia de Sá em frente à Benguela, a nau principal naufragou.

AS|JG: O seu inventário dos naufrágios abrange uma grande intervalo cronológico?

AVR: Do século XVI aos dias de hoje. A marinha fez uma sondagem na altura em que eu andava a desenvolver estes estudos. Por exemplo, no caso da nau capitânia do Salvador Correia, verificou-se que estava em frente a Benguela, a cerca de 70 metros de profundidade. Em Luanda havia embarcações naufragadas a cerca de 14 ou 15 metros.

AS|JG: E no caso do navio do Namibe?

AVR: Um amigo meu – sargento da marinha e professor de trabalhos manuais – chamou-me a atenção para uma praia que existia no sul de Benguela, no Namibe: a praia do Navio. Referiu um relatório de 1894 do médico da marinha, Dr. Pereira do Nascimento, que fez as prospecções mineralógicas no deserto e mencionava um barco naufragado. Foi a partir dessa descoberta que decidimos ir à procura da praia e do barco naufragado.

Simplesmente as *calemas*³ tinham destruído o navio e feito com que se espalhasse por uma vasta área. Mais: se espetarmos uma estaca, passados uns meses encontramos um montículo; vão-se depositar areias em torno dela; deste modo, grande parte do barco estava soterrado na areia.

Da primeira vez que lá fomos tivemos um acidente – rebentou junta da colaça do jipe, que já era velho. Se não tivéssemos levado água em abundância tínhamos lá morrido de sede! Algum tempo depois, com os geólogos, dois jipes e outros apoios fizemos a prospecção, na qual andei a caminhar por dois ou três dias até acabar por encontrar um mastro, e, depois encontrei outro mastro. Ao fazer a escavação encontramos as quilhas. Pelos mastros, concluiu-se que o barco não era uma nau, mas seria uma embarcação já de três mastros do final do século XVII, princípio do XVIII. E também pertencia à rota da Índia porque tínhamos encontrado madeira de teca em abundância (o barco até pode ter sido refeito ou reconstruído e preparado com essa madeira de teca). Propus ao Instituto de Investigação científica trazer o navio para o reconstruir. Os geólogos que estavam comigo calcularam que o custo de transporte, do trabalho de recolha das peças (porque nós vimos só algumas, não alargamos todo o trabalho) ficaria à volta dos 250 contos. Lá ficou.

BALANÇO E PERSPETIVAS: “Vim zangado com os meus superiores em Angola e não me enganei”.

AS|JG: Em que circunstâncias se retirou do trabalho arqueológico em Angola?

AVR: Foi pena eu não continuar lá, porque, tal como conto no livro⁴, zanguei-me com os meus chefes - os da educação, não os da investigação científica. Desses, sempre tive o

3 Expressão *kimbundu* para as as tempestades e também marés vivas.

4 “De Cabinda ao Namibe. Memórias de Angola. Coimbra, Palimage, 2011”...

máximo apoio! Contudo, como estava no quadro dos serviços educativos não queria perder o lugar. Convidaram-me para ir trabalhar para a investigação científica: iria parar a uma das universidades planeadas, mas a verdade é que na altura não existiam. Continuei com o meu lugar no liceu, porque tinha a certeza de três coisas: primeiro, ganhava mais do que se fosse assistente na universidade, segundo, tinha um lugar garantido, e terceiro, podia ter comissões de trabalho noutros sítios.

Estive então para ir para uma universidade alemã, cujo diretor do Instituto de Pré-História e História Antiga me convidou. Ele estava ligado à arqueologia do Perú mas de África pouca informação tinha e eu tinha muita documentação sobre o assunto. Acabei por decidir não ir, deixei a documentação toda em Angola e regresses a Portugal. Convidaram-me então para abrir o liceu Garcia de Orta, no Porto, e fazer um liceu piloto. Foi o primeiro liceu que teve co-educação. Isto é, era um liceu misto. Deram-me liberdade, era um liceu que não tinha “Mocidade Portuguesa”.

Vim zangado com os meus superiores em Angola e não me enganei. Mais tarde, o meu chefe principal foi julgado sob a acusação de ter desviado 13 mil contos ao Estado!

AS|JG: E o material encontrado, em que condições o deixou?

AVR: Deixei lá o material todo, inclusivamente material que me tinham dado. Havia peças oferecidas por um soba - duas argolas de prata para as pernas, pesando uma dois quilos e meio e a outra cinco. Cinco quilos de prata!

A minha mulher recusou traze-las e disse: “Isto é de Angola, fica cá em Angola.” E lá ficaram, ficaram no museu, as duas peças, que eram minhas!

AS|JG: Teve oportunidade de fazer cursos de formação arqueológica em Angola?

AVR: Mesmo antes de começar os trabalhos, fiz durante alguns meses cursos de formação a jovens e adultos que queriam trabalhar nas escavações.

Não comecei as escavações sem mostrar as dificuldades que existiam, o respeito que tínhamos de ter pelo material, como se devia escavar. Aprenderam topografia, a fazer os cortes, os desenhos. Os concheiros, por exemplo, foram todos desenhados: até comprámos, guarda sóis e mesinhas para as senhoras trabalharem nessa tarefa!

Para se fazer ideia do que representa essa formação prática, note-se que durante o meu estágio em técnicas tri-dimensionais na Alemanha, eu, que já tinha dado aulas de Arqueologia Peninsular na faculdade durante um ano, com um livro editado pela Porto Editora, fui posto a trabalhar com três operários a preparar o campo para as escavações durante vinte e dois dias.